



27(2)-67-76
jul./dez. 2002

TERRITÓRIOS VIRTUAIS E EDUCAÇÃO

Wladimir Garcia

RESUMO – *Territórios virtuais e educação.* Se toda a desterritorialização implica um território (Deleuze e Guattari), o pensamento move-se no sentido de sua espacialização, sendo possível avançar dos territórios numéricos, seja na geopolítica (propriedade, Estado), seja nas operações divisivas dos controles culturais (cânone, mídia, escola e outras ficções de controle), até uma virtualização das potências simbólicas. Nesse espaço virtualizado, territorialidades imanentes podem emergir como resistência do pensamento ao presente, configurando a contaminação conceitual como processo desencadeador daquele espaço crítico. A Educação, enquanto campo intercultural, constitui uma superfície porosa onde se dão as contaminações ou trocas impróprias entre os vários planos. Neste sentido, ela contrapõe-se, por definição, aos sistemas totalizantes de controle (currículo, diretrizes, hierarquias científicas e outras sobredeterminações), retomando a sua potência política ao postular uma *hetero-doxa* como forma de suplementação criativa infinita.

Palavras-chave: *filosofia e educação, teorias do espaço, pensamento da diferença.*

ABSTRACT – *Virtual territories and education.* If all deterritorialization implies a territory (Deleuze and Guattari), the thought moves in direction to its “becoming space”. So it is possible, in this way, to go beyond numerical territories, both in geopolitics (the Propriety, the State) and in the divisive operations of cultural control (canon, mass media, school and other control fictions), to a virtuality of symbolic power. In that space of virtuality, immanent territorialities may emerge as resistance of the thought to the present, marking a conceptual contamination as a process that generates that critical space. Education, as an intercultural field, constitutes a porous surface where contaminations or improper changes occurs among the various Planes. In this sense, Education opposes, by definition, to the totalizing systems of control (curriculum, official proposals, scientific hierarchies and other overdeterminations), retaking its political power by postulating a *hetero-doxy* as a form of an infinite creative supplement.

Keywords: *philosophy and education, theories of space, thought of difference.*

Se toda a desterritorialização implica território, como querem Deleuze e Guattari, o pensamento move-se no sentido de sua espacialização, em meio aos vetores que configuram seu campo de forças. Neste sentido, é possível avançar dos territórios numéricos, seja na geopolítica que define áreas de domínio (a propriedade, a escola, o Estado, etc.), seja nas operações divisivas dos controles culturais (o cânone, os programas curriculares, a mídia e outras ficções de controle), até uma virtualização das potências simbólicas. É neste outro espaço, virtualizado, que territorialidades iminentes podem-se expressar como resistência ao pensamento presente, com as mediações excludentes sendo substituídas por zonas de intensidade, ou conjunções transformativas, que configuram a contaminação conceitual como processo desencadeador daquele espaço crítico.

A demarcação de territórios acompanha a história das idéias e das culturas, tendo alcançado uma formalização mais completa a partir da Idade Média com a formação dos estados nacionais, num longo percurso de articulação da máquina racionalizante que envolve as metamorfoses das máquinas de captura, a idéia de Estado moderno e suas estratégias de controle, até a exasperação foucaultiana: o poder está em toda a parte. Para tentar um fluxo, seguindo a classificação proposta por François Châtelet e outros (Châtelet, 2000): do *Príncipe-Estado*, com a noção de potência soberana em Maquiavel ao *Estado contratual* em articulação com o sujeito moral kantiano; do *Estado-Nação*, com a vontade do povo como fundamento da República às doutrinas conservadoras e imperialistas de Estado; do *Estado-Sociedade*, envolvendo o espírito positivo e o evolucionismo no final do século XIX, seguido pela crítica do *Estado burguês* desde um ponto de vista da crítica econômica da sociedade em Marx, até os socialismos utópicos e as *sociedades fora do Estado*; passando, ainda, pelo *Estado-gerente*, com as suas variantes humanistas; pelo *Estado-Partido*, com o fortalecimento da idéia mesma de “Estado” através do imperialismo stalinista; pelo *Estado-força*, nas direitas contra-revolucionárias da primeira metade do século XX – o nazismo e o fascismo como modelos tributários de uma *bioideologia*; pela *Nação-Estado*, envolvendo os imperialismos de esquerda nas variantes do social-internacionalismo, do populismo e da guerra popular cubana; do *Estado-Cientista*, fundado na concepção weberiana da ciência da sociedade, à contestação deste mesmo Estado-Cientista pela Escola de Frankfurt. Este movimento leva-nos, enfim, ao questionamento da idéia mesma de Estado, através da contribuição de Reich, Arendt, Merleau-Ponty, Foucault, Freud, Marcuse, Deleuze-Guattari, Lyotard e Baudrillard, seja pela investigação do totalitarismo, do questionamento da história, das leituras das estratégias de poder; seja pela análise da condição do Estado em face da desintegração das grandes metanarrativas.

Em todos estes *platôs* de tempo, que se entrecruzam, anunciam e coexistem, a formação de territórios, suas desterritorializações e reterritorializações, organizam-se e se desconstroem incessantemente, máquinas que se acoplam, se inter põe e se capturam. Espaços perpetuamente em construção ou em colapso, onde

atuam regimes despóticos ou virtuais que desbloqueiam as contingências em favor de linhas de vôo, como resistência aos dualismos que são o inimigo do pensamento, em favor do pluralismo do território como forma de evitar desesperadamente ser reafirmado no Um, no unitário, ainda que para isto seja preciso justamente sondar as dualidades, invocar-se uma somente para desafiar outra, reterritorializar sobre as linhas de fuga que não cessam, também, por sua vez, de desestabilizar o instituído. Uma desterritorialização depende de sua relação como o exterior a partir de um saturamento dos seus *milieus* internos, ou seja, depende da força de excentricidade capaz de levar à descoberta de sua própria potência. Neste sentido, ela é um poder positivo com diferentes graus de estratos e limiares, e tem na reterritorialização, no novo arranjo dos elementos heterogêneos que agencia, a sua dobra ou complemento. Aí, os movimentos locais demarcam alterações externas: deslocamentos e novas figuras espaciais dependem de relações diferenciais que surgem pela variação nos limiares de intensidade em relação aos outros espaços que o envolvem ou pelos quais cruza. A potência ou virtualidade que vai definir este território é um estado de absoluta desterritorialização, um estado de matéria não formada, energia do caos (Deleuze e Guattari, 1996).

Num certo sentido, segundo as proposições de Deleuze e Guattari, os territórios vinculam-se aos signos: *signos indexados* são territoriais, *símbolos* são signos desterritorializados e *ícones*, onde há representatividade *sob* perda ou em fuga, são signos de reterritorialização, de renomeação do dado, de não-conversão ao mesmo Um. Nesta mesma direção é que propúnhamos a configuração de instâncias territoriais geopolíticas, simbólicas e virtuais, operadas por máquinas de abstração que habitam os planos e são capazes de desestratificá-los, de redistribuir a matéria no plano, sem um traçado prévio diretivo: elas são capazes de desenhar o Plano ou o Corpo que emerge daí. Neste plano – desestratificado – os graus de desterritorialização vão perder os seus valores de positividade: o próprio fascismo desterritorializou a soberania em relação ao indivíduo em favor do Estado-nacional, ainda que para reterritorializá-la num regime despótico de signos ou, como lembra Deleuze, o caso das grandes linhas de desterritorialização nas quais pequenos grupos de descobridores traíram a todos: companheiros, índios, vizinhos exploradores, na louca tentativa de encontrar uma raça que marcasse um novo começo. Os movimentos, portanto, associam-se a regimes de sinais, seja o movimento de expansão circular que define a transição de território para território, demarcando-os conforme a genealogia, seja o movimento de totalização que define os livros regidos por um *corpo de paixão*. As variações de velocidade de cada movimento de desterritorialização definem a questão da formação dos corpos: a desterritorialização das paisagens como mudança de faces ou de condição animal para humana.

Vale repetir: nós tendemos sempre a uma reterritorialização, o que não implica em fazer de nós mesmos um novo corpo primitivo, um novo homem ou um animal sem face. Não há nesta dinâmica de territórios um retorno, mas há sempre

uma composição de linhas quebradas que entram uma na outra sem conquistá-las, como num amor não subjetivo. Trata-se aqui, sobretudo, de atos experimentais de deslocamento e refuncionalização por meio de *micromovimentos* que redistribuem as segmentações finas de um modo inteiramente diferente. A exasperação deste movimento amoroso seria tornar-se imperceptível ao deixar de ser alguém para encontrar o seu duplo no fim desta linha, a qual é tornada absoluta na sua desterritorialização.

O que habita os territórios são primariamente fluxos que operam entre si por conexão, acelerando o espaço comum dividido ou por conjunção, acumulando linhas de vôo, reterritorializando-as em um novo fluxo. O que fundamenta, entretanto, a força de sobrecodificação de um estado primitivo de segmentaridade, no qual o espaço social é constituído por linhas rígidas e territoriais, é o aparato de Estado do qual falávamos no início. Um Estado torna-se autoritário justamente quando no lugar de efetuar uma máquina de sobrecodificação geral, identifica-se com ela, reterritorializando sobre este vaso fechado mediante o artifício do vazio. Ou seja, ao tornar os segmentos rígidos, cria um centro de poder. Desta sobrecodificação estendem-se segmentações finas com suas difusões e interações: ou seja, procura-se sempre imobilizar ou estabilizar a máquina de mutação em um máquina de sobrecodificação.

Estes movimentos processuais que vimos tratando atuam no próprio devir humano. Sendo assim, o tornar-se outra coisa dá-se por um movimento pelo qual a linha livra a si mesmo do ponto e produz pontos indiscerníveis. Neste quadro, o imigrante, por exemplo, opera por reterritorialização, uma vez que reafirma um outro espaço, ao passo que o sedentário vai fixar o espaço segmentar da terra, mediatizado por um regime de propriedade, ou seja, por um aparato de Estado. É, contudo, a figura do nômade (com efeito, uma figura de pensamento) quem vai expressar um movimento desterritorializado por excelência, na medida em que não preserva os pontos, terras ou caminhos. Isto equivale a dizer que a sua relação com a terra se dá por deslocamento, por uma ação que desorganiza o território definido segundo os princípios do Estado.

O que vimos até aqui foi uma decodificação dos modos de efetuação da animação dos territórios. Vale frisar, portanto, que o território é inseparável da desterritorialização a que está eventualmente sujeito, da mesma forma em que está o código em relação à sua decodificação. A própria decodificação de cada agrupamento de heterogeneidades do espaço estende-se por fluxos de deslocamento, de um arrastar que é compor¹. Neste sentido, o território ganha em potência virtual, na medida em que é carregado para o seu fora por aqueles fluxos. O plano que conjuga o espaço é definido aqui pelas relações de velocidade e flutuação, quer entre os elementos ainda sem forma, quer pelas composições e formações intensivas.

A desterritorialização desprovida aqui de valores morais prévios engendra a sua própria positividade enquanto linha em fuga sempre relativa, mantendo-se

atenta ao território, que se pode apresentar como o ser, o livro, um sistema ou um espaço simbólico. O campo dos regimes de significação tende, entretanto, a cristalizar significantes ou significados, reterritorializando-os, direcionando a linha numa curva negativa. Permanece, porém (com todo o peso do paradoxo) o caráter duplicado do território: itinerante e aberto, de acordo com as qualidades de multiplicidade nele operantes. Por fim, a própria terra é efeito de uma desterritorialização por excelência se tomarmos a sua relação com o Cosmos, drenado pelos seres humanos como materialidade para a matéria-terra, reinaugurada, por isso, a cada agrupamento, refrão ou ritmo formado entre as matérias. Só aí se pode pensar um absoluto: como um movimento qualitativamente diferente das relatividades, destacando um corpo múltiplo na maneira de um vórtex, ou de um plano de consistência que captura linhas em fuga. As medidas do excesso, do transcendente ou do indiferenciado não conseguem dar conta deste plano a um só tempo intensivo, imanente e operador de diferenças. Se se tornam relativas ou negativas, as linhas de desterritorialização vão sobrecodificar a terra e interromper os fluxos. O que está em jogo no coração do território é, portanto, trazer o Cosmos para a terra pelas linhas de criação que atravessam as mutações. São máquinas de abstração que operam dentro de cada agrupamento que vão efetuar – como *platôs* de variação – a continuidade que configura os planos de consistência.

Retomando a divisão inicial vale pensar o espaço enquanto instância de abordagem da sociedade, continente e conteúdo dela. Neste sentido, por meio de variáveis geopolíticas o espaço interioriza o pensamento social, particularmente aqui, onde focamos a formação do Estado, o qual investe com uma valoração simbólica o espaço pelos processos econômicos, institucionais e ideológicos. Neste sentido, acrescentam-se localizações à idéia de lugar, com as variantes do processo produtivo, de natureza simbólica, tais como a concepção, o controle, o poder, a mercadologia e a mídia, operando de acordo com as – desde aí – decorrentes imposições de cânones e de construção de subjetividades inseridas no Estado e no seu sistema produtivo. Um estudo destas formas levar-nos-ia longe demais, contudo, vale retomar a divisão inicial destes territórios numéricos que constituem os lugares para a sua posterior desterritorialização em favor de territórios simbólicos que definem culturas e sistemas. Ou seja, sobre aquele espaço geográfico conjuga-se um espaço de produção de formas, de circulação de valores e de consumo. Territórios aqui, limitados enquanto frações funcionais, são, na nomenclatura deleuziana, segmentares, molares, sistêmicos. Entretanto, como vimos, estas funcionalidades são compostas por linhas e fluxos capazes de desestabilizá-los enquanto sistema. As formas simbólicas, por sua vez, manifestam-se como linguagem, mito e conhecimento, mediano as determinações dos lugares, desenvolvendo uma expressão com valor de nome. É neste sentido que a potência da Arte, excluindo-se ou pondo-se em fuga das falas tipificadas das estruturas simbólicas, ajuda-nos a pensar a

virtualidade. A visão óptica da arte favorece um distanciamento que leva a uma deriva dos objetos simbólicos; ao conhecimento artístico.

A dimensão apontada pela Arte Barroca, por exemplo, acrescenta virtualidade à arte no sentido de um deslocamento do olhar; do estabelecimento de um código pictórico não-linear; da passagem dobrada das formas fechadas às formas abertas; do perspectivismo a uma representação rítmica; da claridade à indeterminação. Dinamizam-se as formas pela instigação de uma lógica de desdobramento e redobramento análoga ao processo que caracterizamos em relação ao território.

O virtual da territorialidade pode ser entendido, conforme aponta Eric Alliez (1996), desde uma analogia com o cérebro-mapa, ou seja, com as máquinas de pensamento humanas e das imagens que as animam. Neste sentido, *associar o virtual à territorialidade* implica em trazer a negação dos princípios transcendentais que cercam os territórios, ou seja, rejeitar as concepções de esfera, centro e círculo como esquemas organizacionais (lembre-se do peso desta nomenclatura no campo educacional instituído). Ou seja, os territórios virtuais criam as condições de possibilidade de um pensamento-acontecimento, de um pensamento que enquanto criação procede por virtualização. Na esteira de Pierre Lévy (1997), virtualizar consiste em transformar a “atualidade inicial em caso particular de uma problemática mais geral...a virtualização fluidifica as distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade, cava um vazio motor...” (Lévy, 1996, p. 18). Neste sentido, o novo tem por sujeito um virtual, produtor de complementos. O plano de imanência é, desta forma, definido por esta troca constante entre o atual e o virtual, entre a virtualização do pensamento e a sua atualização: redistribuição constante no aqui e agora.

Esta instância virtual não pode se confundir, entretanto, com uma esfera metafísica, tampouco com um mecanismo de representação, antes ela favorece a crítica destas pela experiência como fluxo de sensações e percepções distintas postas em relação. A experiência apresenta-se como movimento de subjetivação que ajusta a imanência ao devir contínuo de intensidades. Neste sentido, este pensamento é ao mesmo tempo um protesto vital contra os princípios.

Retoma-se o monismo como afirmação vitalista da diferença, onde o virtual assume uma realidade intensiva, uma força combinatória dotada de uma potência de singularização. O virtual distingue-se do atual no ponto em que o tempo é cindido. Vestir com uma relação de imanência o virtual com a sua atualização implica o surgimento da uma imagem-pensamento do cristal do tempo, onde não há distinção entre o virtual e o atual, mas contigüidade expressiva, ou mesmo uma forma diferenciada de multiplicidade onde se dá a coexistência virtual entre o uno e o múltiplo. Recupera-se, desta forma, a coexistência de virtualidades, num tipo de estrutura com um tempo de atualização multi-serial (Alliez, 1996).

Trata-se de inscrever num corpo a relação com o fora como campo de forças e intensidades: corpo múltiplo e à deriva, desejando um pensamento nômade

que associe a criação de conceitos com as maneiras de ser no tempo e com os modos de existência no espaço. Este movimento infinito de virtual-real do qual falávamos forma mundos possíveis desde a perspectiva, tanto de um interior, como de um exterior selecionado, atualizado, ou, por outra via, do exterior como um interior projetado. Em outras palavras, é nos territórios virtualizados que se torna possível uma teoria do singular como acontecimento.

A virtualidade, em suas velocidade e brevidade fora do eixo do tempo, mantém-se sobre um princípio de inconsciência. Ela é o sujeito do atual que, por sua vez, é o seu complemento ou produto, sua singularidade atualizada. Ambos, virtual e atual, envolvem um limite de indiscernibilidade pelos movimentos dos círculos de extensão das virtualidades, numa figura que entende ambos numa relação de imagem e objeto, numa relação de duplicidade, numa afetação de partículas. É aquele ponto de que falávamos, onde a imagem virtual absorve a atualidade do espaço, bem como o atual apresenta-se como virtualidade. Trata-se, pois, de um circuito onde um remete ao outro na sua duplicidade. A possibilidade de expressão de *territórios virtuais* dá-se pela singularização por pontos relevantes a serem selecionados, na forma construtiva desta expressão.

Por fim, caberia uma leitura da força política daquilo que temos chamado de potência virtual do território ou, numa síntese provisória, territórios virtuais. Impossível dissociar, neste sentido, a questão do Estado moderno e as suas territorialidades físicas e simbólicas que reforçam a questão do totalitarismo como fenômeno dominante no último século. As marcas territoriais deste fenômeno implicam uma centralidade reprodutiva, bem como o envolvimento daqueles que habitam o território num único objetivo, numa inflação normativa que indica restrições quanto a movimentações dos corpos postos sob controle, formando, por conseguinte, aquilo que Deleuze chamou de espaço estriado, molar, segmentar. Caberia analisar, sobre este prisma desconstrutor, os projetos educacionais em torno de “políticas” diretivas ou de “capacitação” do professor articuladas, de fato, em torno de grosseiros dogmas teóricos, associados a uma retórica pobre. Neste sentido, o totalitarismo constitui uma virtualidade de declínio permanente, onde o homem é, sobretudo, um desolado frente a uma ordem natural implacável. É neste contexto que Adorno vai propor um pensamento negativo sobre estas negatividades como forma de desmascarar a potencialidade totalitária de todas as formas de poder.

A virtualidade do território vai repugnar esta compreensão de história factual e progressista para interiorizar o devir histórico e fazer dele seu motor. Ou seja, a história como autocriação contingente dos homens. Cabe, assim, pensar contra o poder e em favor da liberdade (ou da libertação da liberdade, já que ela própria é um dogma do humanismo racionalista ocidental), num movimento para fora da esfera de controle das territorialidades de Estado e de suas instituições de preservação dos regimes da apatia (a escola, entre elas), repensando o desejo que vincula o princípio de recusa e de radicalidade em relação aos lugares de

controle. Cabe seguir a rota de deslocamento propiciada pela virtualidade e pelo descentramento em relação ao papel fundador do sujeito a partir do qual se pensava o mundo. O que está proposto contra o poder da norma é a potencialidade da construção; contra a tecnologia política do corpo, o corpo sem organicidade, fragmentário, livre produto de agenciamento de virtuais onde nada falta ao desejo; sínteses passivas que maquinam os fluxos. Um movimento deste tipo não pode ser inscrito num território de controle, mas ele próprio inscreve-se como energia potencial. A deriva do desejo destrói, neste sentido, a ordem atual, e critica até mesmo o trabalho como vida dada pelo capital.

Questiona-se, portanto, o ater-se ao território, o seguir suas demarcações regressivas (suas *políticas de*, seus estatutos, suas leis transcendentais). Caberia pensar com Nietzsche que só pode haver um processo educativo de recondução do homem a si na desobediência, na negação do Nós identificado ao Um. O pensamento nômade ou o território virtual vai propor esta sociedade ou reunião sem Estado, estes agrupamentos multilíneares orientados por fluxos de desejo, reinventando uma força caótica primitiva fora da essência universal daquele Estado, a qual é, evidentemente, centrada na relação de poder, na sujeição dos homens e no estabelecimento molar de hierarquias artificiais. O espaço estriado que constitui a territorialidade do Estado vai levar à noção de administração organizacional como centro desta esfera moral piramidal. Não é possível dissociar neste ponto religião e política; religião e educação. A “religião”, desta feita, como o instituído pela sociedade pró-doxa, desde o domínio dos processos de produção, e não como uma instituição transcendente e cultural.

Caberia, portanto, perguntar, o que habita o Território: se a fidelidade simbólica, se o edifício do Partido, órgão por excelência do totalitarismo, se a Egocracia como fonte única de mimetismo, ou, por um outro e variado lado, a potência dos territórios virtuais como uma democracia sempre por vir (Derrida, 1997), como uma democracia reinventada pela divisão contínua do espaço social, em ruptura com o Estado e seus aparatos de controle. Ou seja, a criação de uma sociedade e modos sociais cuja finalidade não existe a não ser como possibilidade de reinvenção e de geração de relações múltiplas.

Considerando os efeitos da cena aqui formulada em que se correlacionam uma análise da formação dos territórios geopolíticos, uma crítica aos sistemas totalizantes do Estado e uma potencialização das virtualidades do território, podemos sugerir alguns postulados, que, ao se relacionarem com o Campo Educacional, pressupõem e invocam um outro conceito de Educação:

1. A Educação, enquanto campo teórico é, sobretudo, um campo intercultural: ela é e anseia pelo seu(s) outro(s). Neste sentido, estamos diante de uma superfície porosa, aonde se dão *contaminações*, as trocas impróprias entre os Planos de Composição da Linguagem, os Planos Referência das Ciências e o Plano de Imanência dos Conceitos (Deleuze e Guattari, 1997). O que operacionaliza este processo é a idéia de *relação* com o que é dado, movimento marcado pelo

retorno e distanciamento dos termos sobre si mesmos, indicando presenças não-originais que proliferam por todos os lados, como raízes aéreas, estabelecendo rupturas incessantes. Ou seja: a Educação só é possível enquanto campo teórico, formalizado como *desobediência* aos sentidos unívocos das ficções ideológicas. Tais agrupamentos conceituais, metaforizados por linhas, formam *fuzzy aggregates* (Deleuze e Guattari, 1996), marcando espaços teóricos habitados por multiplicidades transformacionais, contrárias às multiplicidades numéricas ou de classes, que não se relacionam segundo séries, mas adquirem consistência própria, não subordinadas ao Um. Neste sentido, abrem-se as perspectivas de uma crítica epistêmica à estrutura educacional desde a sua vertente acadêmico-escolar, desde elementos tais como currículo, fundamentos, diretrizes, políticas como determinações, etc.

2. Pensar “todos fragmentários” como crítica aos universais e aos transcendentais absolutos só é possível fora do sistema de totalidades que permeiam os conceitos de educação e processos pedagógicos (o único Todo possível, agora e aqui, é o Não-Absoluto). Além disto, há a Necessidade de desconstruir a idéia de Educação como Religião, implícita tanto nas esferas marxistas como liberal-progressistas, tributárias de uma ética do bem e da transformação programática do indivíduo. Neste sentido, não se confunda ideologia e política: aquela é uma *ficção de controle*, esta é uma *atividade criativa* marcada pela variabilidade crítica, contrastiva e analítica. A Política postula uma heterogeneidade e admite um pensamento estranho à sua própria coerência, por isto é infinita, caso contrário não seria política².

3. Portanto, o que define o Campo Educacional – naquilo que o correlaciona com a Arte, a Ciência e a Filosofia – é a idéia de Infinito, este objeto sempre adiado, sempre presença ausente (a própria Democracia, como, penso, farsa do Infinito, é algo por vir). O campo educacional é também porto de passagem, ponto de convergência, bólide de cruzamento, evento possível em todas as áreas. Ele se torna atual no processo de captura instalado desde a sua imanência retomada: ele captura a referência científica, a sensibilidade artística e a consistência dos conceitos para evitar resultar na sua impossibilidade e fim, repetição reificante. O seu devir é um lugar sempre vazio a ser saturado, mas nunca preenchido por nenhuma totalidade ou prisão diacrítica e dicotômica: é margem adiada. Como espaço de criação conceitual, é criativo e resiste ao prévio, sem deixar de co-existir com ele. Sua existência (o seu sim), enquanto Campo, vincula-se, desta forma, a uma abertura às interferências possíveis: as interferências de método de cada disciplina, bem como com as interferências extrínsecas, intrínsecas ou, mesmo, não-localizáveis (quando o campo confronta-se com o caos). Sua mais precisa possibilidade relaciona-se com esta força difusa, distributiva, disseminante.

Notas

1. Confira o fragmento 8, de Heráclito, na tradução proposta por Heidegger (2000).
2. Em torno do tema, confira Antelo (2002).

Referências Bibliográficas

- ALLIEZ, Éric. *Deleuze*. Filosofia virtual. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- ANTELO, Raúl. Valor e pós-crítica. In: MARQUES, Reinaldo e VILELA, Lúcia Helena (Orgs.). *Valores: arte, mercado e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- CHÂTELET, François et al. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia*. Londres: The Athlone Press, 1996.
- _____. *O que é a filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DERRIDA, Jacques. Remarks on deconstruction and pragmatism. In: MOUFFE, Chantal (Org.). *Deconstruction and pragmatism*. Londres: Routledge, 1997.
- HEIDEGGER, Martin. *Heráclito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

Wladimir Garcia é professor de Literatura na Universidade Federal de Santa Catarina. Chefe do Departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Educação da UFSC..

Endereço para correspondência:

Rua João Cândio Jacques, 329, Costeira
88047-010 – Florianópolis – SC
E-mail: wladimir@ced.ufsc.br